



JOÃO VITOR CAMPOS DOS REIS

VOZES INAUDÍVEIS

(ou haitianos no rarefeito social)

MILTON FRANCISCO*

RESUMO O Brasil recebeu recentemente milhares de haitianos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Suas expectativas, porém, não foram satisfatoriamente correspondidas, pois se constituíram como grupo minoritário, alvo de violência física e simbólica, e viram sua mão de obra ser explorada de forma indevida. Ao refletir sobre a recontextualização de suas vozes e de outros atores sociais vinculados à imigração haitiana, identificamos no discurso jornalístico a ocorrência de um processo de reificação que põe os imigrantes num rarefeito social.

PALAVRAS-CHAVE Migração haitiana. Violência. Discurso jornalístico.

INAUDIBLE VOICES

(or haitians in social rarefied condition)

ABSTRACT Brazil has recently received thousands of Haitians in search of work and better living conditions. However, their expectations were not satisfactorily fulfilled since they were a minority group, victims of physical and symbolic violence, and exploited in their labor activities. Reflecting on the recontextualization of their voices and other social actors linked to Haitian immigration, we identify in journalistic discourse the occurrence of a reification process that puts immigrants in a social rarefied condition.

KEYWORDS Haitian migration. Violence. Journalistic speech.

* Professor na Universidade Federal do Acre. Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo.

E-mail: miltonchico@yahoo.com.br

Ponto de entrada

Millhares de haitianos chegaram ao Brasil na primeira metade desta década. Os motivos do deslocamento são vários. Alguns, de “ordem interna”: o terrível terremoto ocorrido em janeiro de 2010, em Porto Príncipe, capital do Haiti; a pobreza da população haitiana em geral; a precária infraestrutura governamental no que tange, por exemplo, à educação, saúde e segurança. Migraram haitianos de diferentes partes do país, e não apenas da capital, assim como se sentiram motivados a migrar muitos que, há vários anos, moravam na República Dominicana, Equador e Venezuela¹, entre outros lugares. Foram impulsionados por particularidades relativas ao local de partida, especialmente geradas por ações do capitalismo, não só o de agora, mas também aquele orquestrado pela França e/ou pelos Estados Unidos da América, do século XVII a meados da segunda metade do século XX, que fez do Haiti o país mais pobre de todo o continente.

¹ Ao refletir sobre haitianos em Manaus – uma das “cidades-trânsito” para chegarem a cidades da Região Sul e Sudeste, seus locais de maior interesse –, Sidney A. da Silva (2016, p. 140-1) observa com relação à Venezuela: “Tal origem passou a ser notada em Manaus a partir de 2013. Nesse caso, trata-se de um processo de reemigração, pois há casos de imigrantes que já viviam naquele país por mais de vinte anos. Com o agravamento da crise econômica no país vizinho [Venezuela] e com as dificuldades de enviar recursos às suas famílias, a vinda ao Brasil passou a ser um desdobramento de um processo de migração que já havia começado há algum tempo”.

A distinção entre os locais de origem, porém, tornou-se irrelevante ao cruzarem a fronteira brasileira, pois aqui são imigrantes em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Nesse contexto, constituíram-se como grupo minoritário e sofreram violência física e simbólica. A isso se somou, por exemplo, o tratamento dado a suas vozes no discurso jornalístico.

Situados no campo da Análise Crítica do Discurso, cuja prática de pesquisa ocorre como ação em prol das pessoas socialmente desfavorecidas e em desvantagem, refletimos sobre a realidade vivida pelos imigrantes haitianos e sobre notícias produzidas a seu respeito. Providos do conceito de *recontextualização* de vozes e outros elementos das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), focamos, em duas notícias, o componente linguístico e o imagético (fotos, gráficos, mapas), explorando suas relações com elementos da estrutura social, entre os quais estão as elites simbólicas, donas do discurso público, e as relações de poder. Em seguida, tecemos considerações sobre os possíveis efeitos sociais da recontextualização verbal e não verbal realizada.

Haitianos como grupo minoritário

No Brasil, os haitianos têm quatro características gerais que se imbricam. A primeira delas é o fato de não serem falantes da língua majoritária, oficial e de comunicação: o português. Essa condição, quase sempre, provoca o não reconhecimento de suas competências intelectuais e laborais e os põe em desvantagem social em relação aos brasileiros que dominam o português. Como ilustração, vale o relato de Sidney Antonio da Silva (2012, p. 308), que, no final de 2011, esteve em Tabatinga (Amazonas), na fronteira com a Colômbia e o Peru: “Comunicando-se apenas em créole ou francês, era difícil conseguir algum tipo de trabalho [...]. Para os que falavam um pouco de espanhol, a comunicação com os brasileiros e com os hispânicos que lá vivem ficava mais fácil, porém não estavam isentos do preconceito racial.”

A segunda característica é que um número significativo tem baixa escolaridade. Muitos não concluíram o equivalente ao ensino médio do sistema educacional brasileiro, embora vários tenham graduação (in)completa, além de falar o francês padrão e, por vezes, o espanhol e/ou inglês. No entanto, o grau de formação escolar pouco foi/é levado em conta, por exemplo, na hora de os patrões brasileiros contratá-los.

Outra característica é o fato de chegarem ao Brasil, em geral, financeiramente desprovidos, em razão, sobretudo, da pobreza em que viviam no território haitiano e aos altos gastos com coites e outros exploradores que lhes “tomaram”, do Haiti à fronteira brasileira com o Peru, os recursos que traziam consigo (SILVA, 2016, p. 32-43). Estarem no Brasil sem dinheiro e dependentes de ajuda governamental ou de instituições assistenciais implica uma inferiorização em relação aos brasileiros, psicologicamente negativa para eles.

A quarta característica é que são marcadamente negros, o que os torna no Brasil “merecedores” de dezenas de desvantagens sociais. Em poucas semanas ou meses após cruzarem a fronteira, eles se deram conta do preconceito de grande parte dos brasileiros para com os negros, imigrantes ou não. Vivendo no Brasil, rapidamente descobriram que aos negros cabem os baixos salários, a posição hierarquicamente inferiorizada da sociedade, a periferia social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao terceiro semestre de 2017, divulgados em 17 de novembro daquele ano, confirmam: (i) “Os brasileiros pretos e pardos empregados tiveram no período rendimento

médio de R\$ 1.531, o equivalente a 55,5% da renda mensal dos trabalhadores brancos, que foi de R\$ 2.757”; (ii) “pretos e pardos [...] são maioria em grupamentos econômicos que pagam menores salários, como os segmentos da Agricultura, Construção, Alojamento e alimentação e Serviços Domésticos”; (iii) “os pretos e pardos representaram [...] 63,7% da população com mais de 14 anos que busca emprego no país, somando 8,2 milhões dos 12,9 milhões de desempregados” (PAMPLONA, 2017). É nesse contexto de diferenças no campo laboral que milhares de haitianos se inseriram.

Juntas, essas características, de forma determinante, fazem desses imigrantes – independentemente de suas vontades – uma *minoría*, um *grupo minoritário*. Não agrupados, e sim dispersos, pois os que permanecem no Brasil vivem em diferentes cidades. Uma dispersão que, em parte, facilita a obtenção do “trabalho desejado”, mas lhes dificulta manterem-se culturalmente integrados, assim como os impede de obter o poder social que a proximidade possivelmente lhes proporcionaria. É o deslocamento dentro do país de chegada intensificando sua condição minoritária.

Minoría, ou *grupo minoritário*, tem seu conceito inicialmente nas Ciências Sociais. Para o sociólogo Raymond Boudon et al. (1990, p. 160), “o termo ‘minoría’ tem sempre uma dimensão social e política: na maioria das vezes, a minoría constitui um grupo ao mesmo tempo menos numeroso, menos considerado e menos poderoso”. Por sua vez, como se nos ofertasse um complemento, Rainer Enrique Hamel, antropólogo argentino radicado no México, esclarece que “há consenso sobre o fato de que o conceito não se refere só a números [de pessoas], ainda que o tamanho da população seja importante, mas também às relações de poder” (HAMEL, 2003, p. 55).

Em consonância com Boudon et al. (1990) e Hamel (2003), Carmo (2016, p. 205) – ao fazer uma reflexão crítica com base em Adorno (1995), Séguin (2002), Sodré (2005) e Carvalheiro (2006), entre outros autores – sintetiza: as *minorías*²

² Carmo (2016) correlaciona o conceito de *grupos minoritários* ao de *grupos vulneráveis*, o que nos eximimos de fazer aqui, embora sua aproximação conceitual seja produtiva no que tange à questão haitiana no Brasil.

originam-se em relações de assimetria social (econômica, educacional, cultural etc.). Nessa perspectiva, minoría pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele.

Esse padrão exerce, de diversos modos, pressão sobre as pessoas tidas como diferentes, acarretando algum tipo de violência: física ou simbólica.

Aos haitianos, a violência física e simbólica

Vários haitianos sofreram violência física no Brasil. Um caso ocorreu em agosto de 2015, quando seis deles foram baleados no centro de São Paulo, nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Paz. No meio da manhã, “o autor dos disparos saiu de um carro cinza e atingiu [nas pernas] um haitiano que passava. Antes de atirar, [...] o criminoso teria gritado ‘haitiano!’” (BRANDÃO e VIEIRA, 2015). Ao anoitecer, outros quatro homens e uma mulher haitiana foram igualmente atingidos.

Outro caso se deu em outubro do mesmo ano em Navegantes, cidade portuária de Santa Catarina, a 78 km de Florianópolis. Fetiere Sterlin, de 33 anos, foi morto por golpes de faca desferidos por cerca de dez homens. “Segundo o diretor da Associação de Haitianos de Navegantes, [...] ‘essa não foi a primeira agressão a haitianos na cidade’.” “Em 2014, ‘outro rapaz [levava] cinco tiros e [sobrevivera], mas logo [saíra] do Brasil’, relatou” (SILVA, 2015).

A violência simbólica – que se realiza na forma de preconceito e rejeição, marginalizando e discriminando o *sujeito diferente* (CARMO, 2016, p. 205-6) – é mais recorrente. O relato de Dynn Achesson Saintilus, haitiano que em 2014 trabalhava como pedreiro na capital paulista, exemplifica: “No ônibus percebo que as pessoas evitam sentar ao meu lado, já me disseram que aqui não tem lugar para estrangeiros e que a [presidente] Dilma tinha que mandar todo mundo de volta para casa’, conta” (SOUZA, 2014). Dynn A. Saintilus ainda avalia: “Mesmo com a melhoria de vida aqui, se pudesse dar um conselho para os haitianos, eu diria: não venham para o Brasil. Muitos brasileiros têm preconceito’, afirma” (SOUZA, 2014).

A violência simbólica ocorre também, por exemplo, nas relações trabalhistas, quer no momento de seleção e contratação, quer no vínculo empregatício estabelecido. Exemplo disso ocorreu no abrigo em Brasileia (Acre) que recebia os haitianos, aonde empresários – sobretudo das Regiões Sul e Sudeste – foram a fim de contratá-los. Em 25 de janeiro de 2012, no telejornal local, a apresentadora,

ao informar a chegada de empresários de Rondônia [...], chamava a atenção para “um detalhe curioso do critério de escolha: a grossura da canela”. A seguir, [...] um repórter faz a entrevista com o dito empresário, que afirma sem cerimônia: “os que têm canela fina são preferidos por serem considerados mais dispostos ao trabalho”; e arremata: “esse critério é bem antigo, era usado no tempo da escravidão.” (PAULA, 2013, p. 202)

Fora esse tratamento extremo, os trabalhos que lhes são ofertados, na maioria das vezes, são aqueles considerados inferiores – marcados pela exploração da mão de obra, pela baixa remuneração e pelo não reconhecimento de sua formação escolar. Servem de exemplos as funções de ajudante na construção civil, de gari, de doméstica, de “chapa” (carregador e descarregador de cargas de caminhão) e a de costureiro em confecções da região central de São Paulo. Acerca do trabalho nas confecções, a fiscalização na capital paulista, em mais de um momento, identificou no setor têxtil haitianos em condições análogas às da escravidão: jornadas exaustivas, trabalho forçado, servidão por dívida e condições de trabalho degradantes (ESTRANGEIROS, 2013; CRUZ, 2014) – ações desmedidas do capitalismo.

Ambas, violência física e simbólica, contrapõem-se fortemente ao acolhimento do governo brasileiro a esses imigrantes, haja vista a Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que dispôs sobre a concessão de visto permanente de caráter humanitário a nacionais do Haiti chegados ao Brasil em razão do terremoto de janeiro de 2010, ainda que essa resolução tenha desencadeado críticas consideráveis, no sentido de o Governo Federal tê-la usado como instrumento de restrição do ingresso dos imigrantes no país. De modo semelhante, a oferta de trabalho de empresários de diferentes setores da produção é, em geral, contraditória, porque, enquanto se contempla aquilo que o imigrante busca, usa-se sua mão de obra sem remuneração digna, quase sempre.

Esses paradoxos talvez não representem nenhum disparate e sejam aceitáveis, se se consideram argumentos como: (i) atores sociais distintos têm ações específicas para com os imigrantes em contextos também específicos, isto é, há paradoxo se generalizamos; (ii) a história do homem e seus deslocamentos constituíram-se em relações sempre conflitantes. São argumentos abertamente frágeis por dois motivos: (i) impelem-nos a ser condescendentes com o tratamento dado aos haitianos e com suas condições de moradia, trabalho e saúde, entre outros; (ii) levam-nos à conclusão falaciosa de que a situação dos haitianos é cabível e não desumana.

É mais certo que devemos reconhecer todo e qualquer acolhimento e oferta de trabalho – se ocorrem com dignidade –, mas também devemos estar atentos a que acolhimento e oferta não camuflam nem a violência física nem a simbólica sofrida pelo imigrante, pois esse tipo de sofrimento tende a intensificar a vulnerabilidade do ser humano “fora

do lugar próprio”. Aliás, a mitigação se “aloja”, preferencial e desgraçadamente, no lado de quem chega, de quem está em território alheio e tem de atuar numa ordem social desconhecida. Esse nos parece ser um dos eixos cruciais de reflexão acerca da imigração haitiana no Brasil: transitar, de forma crítica, nesse *campo de forças conflitantes*.

De um modo ou de outro, sua condição de *minoría* e a violência física e/ou simbólica contribuíram substancialmente para desfazer em muitos haitianos – se não em todos – a representação³ construída, ainda no Haiti, de que os brasileiros são acolhedores e de que o Brasil é o lugar onde poderiam reconstruir suas vidas, sair da situação de pobreza, viver e criar seus filhos. Ao mesmo tempo, passaram a se ver (certificaram-se?) como sujeitos enfraquecidos e inferiorizados nas relações sociais e, muitas vezes, submissos na interação com brasileiros em geral, empregadores ou não. Decorrente dessa situação mitigadora (somada ao aumento do índice de desemprego no Brasil em 2015 e 2016), criou-se neles o desejo de ir viver noutro lugar. Muitos reemigraram para o Chile, Canadá e Estados Unidos (EVANS, 2015; FAGUNDEZ, 2015), sem qualquer segurança quanto às condições de trabalho e moradia no novo país – são viajantes da incerteza, habitantes de lugar nenhum.

Em contrapartida, outros permanecerão, realizando suas vontades ou nem tanto. A propósito, muitos conseguiram trabalho em indústrias de pequeno e médio porte, com registro e respeito ao horário preestabelecido, embora nada disso implique receberem um salário digno ou estarem isentos de violência simbólica.

O *campo de forças conflitantes* referido anteriormente é, como deixamos entrever, também *discursivo*, porque ações verbais e não verbais permeiam e compõem as tantas ações sociais, políticas e econômicas que se voltam para o imigrante. Especificamente, pensemos no discurso jornalístico.

A voz haitiana no discurso jornalístico

Fortemente presente na sociedade, o discurso jornalístico veicula vários outros discursos, e nele se fazem presentes diferentes atores sociais. É um discurso que tenta se mostrar como espaço democrático, em que todos da sociedade se fariam presentes, inclusive os grupos minoritários, ainda que essa presença seja relativa em função, por exemplo, do espaço físico do jornal: impresso, digital, televisivo, radiofônico. Na

³ Trata-se de *representação imaginária* identificada por Silva (2016) como *motivação de migrarem para o Brasil*.

medida do limite, diferentes grupos e segmentos sociais se veriam satisfatoriamente representados. Para tanto, o enunciador-jornalista seria o ator social que *recontextualiza* as diferentes vozes sociais, de modo a contemplar interesses e pontos de vista de indivíduos e grupos diversos. Por sinal, essa prática – se assim entendida – contribui para a construção da imagem de imparcialidade que os jornais dizem ter.

No entanto, as coisas não são assim. Poucos sujeitos enunciam-se no jornal, e outros poucos se veem representados no/pelo discurso jornalístico. Os *grupos minoritários*, por exemplo, quase sempre não têm voz, não podem dizer, não são ouvidos. No caso dos haitianos no Brasil, a possibilidade de enunciarem-se é bem pequena, muito em decorrência das quatro características expostas anteriormente, e não apenas por não dominarem a língua portuguesa, pois a baixa escolaridade, a pobreza, o fato de serem negros e imigrantes são critérios avaliativos que a elite simbólica (os donos do discurso público: jornalistas, políticos, empresários, entre outros) usa para “impedi-los” de acessar o discurso jornalístico – o que se estende ao discurso público em geral.

Esse entendimento pode parecer estranho, porque no Brasil comumente se veicula que pessoas – o cidadão brasileiro, em especial – com essas características não fazem uso da leitura e da escrita satisfatoriamente devido às próprias particularidades ou a uma formação educacional ineficiente e precária, o que se daria de forma independente das vontades da elite ou de quem desenvolveu competências para tal. Essa é uma percepção restritiva e elitista, no sentido de que tende a dissimular a violência simbólica e todo o processo de mitigação a que estão sujeitas as minorias, não apenas os imigrantes; fenômeno social, aliás, que vai muito além do acesso ao discurso jornalístico.

Em análise de notícias da versão impressa da *Folha de S.Paulo* sobre a imigração haitiana, identificamos duas formas gerais de composição do texto que denominamos “notícia-depoimento” e “notícia típica” (SILVA, 2016). Essas formas têm particularidades relativas ao tratamento da voz do *outro*, o que refletiremos na chave da *recontextualização* – conceito que assumimos com base em Fairclough (2003).

A *recontextualização* é um fenômeno textual-discursivo inerente a todo discurso jornalístico, como nos parece ser. Ela ocorre como incorporação, a um determinado texto, de partes de outros textos (falados ou escritos), assim como incorporação de elementos diversos das práticas sociais: discursos, ideologias, relações sociais, valores, atitudes, modos de ser dos sujeitos.

Focamos a recontextualização de vozes em ambas as notícias porque entendemos ser a voz dos sujeitos o “elemento seu” com que mais podem se fazer presentes no discurso jornalístico, isto é, a voz pode carregar em sua materialização linguística, por exemplo, as relações sociais, atitudes, valores, ideologia(s), sentimentos do sujeito-falante. Assim é a voz quando ouvida em plenitude. Mas também as imagens que, em geral, compõem as notícias são formas de o enunciador recontextualizar na prática jornalística elementos de outras práticas sociais. A expressão facial, a postura corporal, a roupa e adereços usados, os objetos do cenário, entre outros elementos, possivelmente presentes nas imagens, recontextualizam os atores sociais e suas realidades.

*

Na “notícia-depoimento”⁴, o foco é um indivíduo, em razão das particularidades vividas que chamam a atenção, embora sua situação seja apresentada como exemplo do que viveram/vivem os demais imigrantes. O texto é de natureza autobiográfica e se caracteriza como exposição em primeira pessoa, marcando coerência com a denominação dada pelo jornal no alto do texto: *Minha história*. A voz do imigrante é recontextualizada ao relatar aos brasileiros seu passado recente no Haiti – a “vida” que não desejam mais –, a viagem e percalços sofridos até a fronteira brasileira, as adversidades vividas nos abrigos no Acre ou na capital paulista, assim como suas perspectivas no novo país de morada. Constrói-se um relato ao modo de ilustração de uma realidade desconhecida dos brasileiros. Com a “notícia-depoimento”, faz-se nas páginas do jornal, em última análise, uma mostra emblemática do acontecimento imigratório, mas de forma caricatural.

4 Neste tipo de notícia, a nosso ver, a condição de enunciador é compartilhada pelo enunciador-jornalista e pelo sujeito depoente; questão a ser discutida alhures.

Observemos um texto, que consta do caderno Mundo, da *Folha de S.Paulo*, de 28 de dezembro de 2011, página A14.

Aqui, com o componente verbal, expõe-se a situação de fragilidade e vulnerabilidade da imigrante Anita Antonio e seu filho, e, implicitamente, suas emoções diante dos eventos que vivera com o filho e outros haitianos ao longo da viagem até o Brasil. Revela-se sua impotência de ação contra os infortúnios que o deslocamento lhe impusera. Alguns fragmentos verbais ilustram:

“[...] nas garras dos coiotes”;

“Haitiana conta o medo que passou nas mãos de atravessadores”;

“Embarquei [...] apenas com anotações do roteiro que meu marido passou”;

RESUMO — A haitiana Anita Antonio chegou na véspera de Natal a Brasília, fronteira de Acre e Bolívia. Entrou ilegalmente no Brasil após viajar por dez dias com o filho Wilson, de dez meses. No caminho, foi roubada por “coiotes” (atravessadores) bolivianos. Agora tenta regularizar sua situação para ir ao encontro do marido, que vive em Manaus.

MINHA HISTÓRIA ANITA ANTONIO, 28

nas garras dos coiotes

(...) Depoimento a

GUSTAVO HENNEMANN
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Embarquei rumo ao Brasil com o meu filho Wilson, de dez meses, apenas com anotações do roteiro que meu marido passou. Ele fez essa viagem antes de mim e agora está em Manaus me esperando, mas não sabe o que eu passei para chegar até aqui.

Sou de Jacmel, na costa sul do Haiti, e já morava havia oito anos na República Dominicana. Embarquei num avião em 14 de dezembro.

Fui até o Panamá e depois peguei outro voo até o Peru. De Lima, tomei um ônibus até Cusco, outro até Puerto Maldonado e mais um até Iñapari, na fronteira com a Bolívia e com o Brasil.

Lá fiquei num hotel onde estavam hospedados outros 21 haitianos com o mesmo objetivo: tentar a vida no Brasil.

O dono me apresentou a um boliviano coxo que se chama Thomaz. É o chefe de um grupo de coiotes que cobrou US\$ 150 para supostamente me deixar no Brasil.

No mesmo dia, dois homens do Thomaz vieram buscar a todos nós e nos levaram para uma casa grande e velha em Iberia, logo antes da fronteira com a Bolívia. Fica-

Haitiana conta o medo que passou nas mãos de atravessadores bolivianos até conseguir entrar ilegalmente no Brasil, pelo Acre



A haitiana Anita Antonio, 28, que entrou ilegalmente no Brasil pela Bolívia, e seu filho Wilson, de 10 meses de idade

mos lá uns dois dias. Assustavam a gente dizendo que a fronteira era perigosa e que tínhamos de esperar o momento certo para cruzar.

Antes de sairmos, pediram nossos celulares, laptops e câmeras. Disseram que iriam nos devolver na entrada do Brasil, para que policiais não nos tomassem no caminho. Embarcamos à noite na carroceria de um caminhão, que se meteu numa estrada de terra.

Três horas depois, oito homens encapuzados, armados de pistola, nos pararam. Obrigaram a gente a descer, colocaram os homens deitados com as mãos amarradas para trás e nos revistaram. Um de nós perdeu US\$ 1.200. Eu entreguei o que tinha, não passava de US\$ 300.

Depois, ainda cortaram nossas malas com uma faca e ficaram com as roupas novas que trazíamos. Um dos haitianos levantou a cabeça e tomou uma coronhada.

Antes de sumirem, esvaziaram os pneus do caminhão. Ouvimos um assobio e dois minutos depois apareceu um grupo de bolivianos.

Tivemos a impressão de que eram os mesmos que haviam nos assaltado. Tiraram as máscaras e voltaram. Não falei nada, tive muito medo.

Disseram ser amigos do Thomaz e deram ajuda para nos guiar até a fronteira. Sem saída, fomos com eles.

Trouxeram carros pequenos e fomos em grupos de cinco até Cobija. Quando me deixaram, estava sem dinheiro, sem minhas roupas boas e máquina de fotos. Desesperada, caminhei sem rumo e parei uma senhora boliviana na rua. Essa mulher nos deixou ficar e deu de comer para mim e para meu filho.

De manhã, entrei no Brasil cruzando a ponte caminhando. Agora só quero tirar os documentos para conseguir sair daqui e ir para Manaus.

“[...] cobrou US\$ 150 para supostamente me deixar no Brasil”;

“Assustavam a gente dizendo que a fronteira era perigosa”;

“[...] pediram nossos celulares, laptops e câmeras”;

“Embarcamos à noite na carroceria de um caminhão”;

“[...] oito homens encapuzados, armados de pistola, nos pararam”;

“[...] colocaram os homens deitados com as mãos amarradas para trás e nos revistaram”;

“Eu entreguei o que tinha, não passava de US\$ 300”;

“[...] cortaram nossas malas com uma faca e ficaram com as roupas novas que trazíamos. Um dos haitianos levantou a cabeça e tomou uma coronhada”;

“Quando me deixaram, estava sem dinheiro, sem minhas roupas boas [...] Desesperada, caminhei sem rumo e parei uma senhora boliviana na rua. Essa mulher nos deixou ficar e deu de comer para mim e meu filho”;

“Agora só quero tirar os documentos para conseguir sair daqui e ir para Manaus”.

A exposição verbal do sofrimento e do medo dialoga coerentemente com os elementos imagéticos empregados no texto. A expressão facial da imigrante é forte nesse aspecto. Seu olhar, apesar de direcionado para a câmera, seu corpo e seu rosto “pendidos” não esboçam quaisquer indícios de empoderamento, alegria ou satisfação interior. Certificam, sem dúvida, abatimento e tristeza.

A combinação entre o verbal e o imagético mostra a relevância dos elementos recontextualizados na foto que, ao ocuparem metade da notícia de forma centralizada, causam impacto no leitor/enunciário. Na verdade, nele ativam-se aspectos emotivos que pretendem provocar-lhe empatia e compaixão, o que pode levá-lo a ter ações discursivas e não discursivas em prol da mãe e filho retratados na notícia. Aliás, essa possível interação do leitor/enunciário com o texto e suas atividades sociocognitivas são fatores determinantes no processo de construção da notícia.

*

Na “notícia típica”, tende-se a focalizar a coletividade. Trata-se, em geral, de questões relativas a problemas vividos pelos haitianos no Brasil e possíveis soluções. Esses problemas podem estar relacionados, por exemplo, à falta de moradia, à (im)possibilidade de trazer membros da família, à dificuldade de obter trabalho, aos baixos salários, à exploração de sua mão de obra, à interação social com brasileiros e o preconceito por parte desses, à educação dos filhos e acesso à escola, ou seja, várias questões-chave na inserção e inclusão social do imigrante. Nesse tipo de notícia, suas vozes e pontos de vista muito raramente compõem o texto. Recontextualiza-se, preferencialmente, a voz do Governo Federal, dos governos dos Estados do Acre e de São Paulo, de representantes das igrejas que os acolham e de empresários, isto é, os donos do poder na sociedade e que, por isso, têm acesso garantido ao discurso público.

Vejamos uma “notícia típica”, publicada no caderno Mundo, da *Folha* de 21 de dezembro de 2011, página A18.

Aqui, consta da legenda: “Haitianos fazem fila para receber comida em Brasileia (AC)”, numa praça da cidade, situada na fronteira com a Bolívia. A foto recontextualiza a condição de dependentes e de inferiorizados, em que se encontram esses haitianos, ainda que alguns esboçam certa satisfação pelo momento de refeição. O fotógrafo se posiciona com a câmera acima de suas cabeças a fim de vê-los do alto e, assim, poder

FOCO

Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento

SÍLVIA FREIRE

DE SÃO PAULO

FREUD ANTUNES

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA
DE RIO BRANCO

Um grupo de 724 haitianos está alojado precariamente numa pousada que comporta 80 pessoas, em Brasileira (231 km de Rio Branco), fronteira do Brasil com a Bolívia.

Outros 700 são esperados nos próximos dias, segundo os próprios imigrantes.

Sem visto de entrada no país nem dinheiro, os haitianos pedem refúgio ao chegar ao Brasil. Por razões humanitárias, o governo brasileiro dá a eles direito de residir no país, segundo o Itamaraty.

Os haitianos, no entanto, têm de aguardar a regularização de sua situação em Brasileira, onde há um posto da Polícia Federal. O processo pode demorar até 45 dias. Durante esse período, não podem sair da cidade.

O padre Rutemarque Crispim, que está ajudando os haitianos, disse que as condições da pousada são insalubres. “Não tem detergente, não tem sabão. Alguns chegam a dormir na rua”, disse.

Segundo o padre, na pousada estão 12 crianças, entre elas um bebê de três meses.

Os haitianos chegam ao Brasil após passarem por Re-

pública Dominicana, Equador, Peru e Bolívia.

De janeiro de 2010, quando um terremoto devastou o Haiti, até o mês passado, cerca de 3.000 haitianos pediram refúgio no Brasil.

O secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Henrique Corinto, disse que há cerca de três meses voltou a crescer o fluxo de haitianos e que a estrutura montada para recebê-los não comportou o aumento.

Em novembro, o Estado disse ter gasto R\$ 120 mil com os haitianos. Na semana passada, o Acre pediu ajuda ao governo federal.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência disse que irá liberar 1.200 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas para auxiliar os imigrantes.

Segundo o secretário, o governo do Acre está ajudando os imigrantes por razões humanitárias e para reduzir o impacto social na região.

Após obterem a documentação, muitos haitianos buscam emprego em Rondônia. Poucos continuam no Acre.

Segundo o Ministério do Trabalho, a maioria tem ensino fundamental e médio incompleto, mas alguns têm curso superior e encontram emprego com relativa facilidade no Brasil.



Alexandre M. Lima/Folhapress

Haitianos fazem fila para receber comida em Brasileira (AC)

destacar sua organização em fila indiana. A fila facilita a distribuição do alimento; é, portanto, necessária. Ao mesmo tempo, representa e sugere fortemente a possibilidade de tumulto e desrespeito por parte dos que recebem a comida. Essa sugestão é uma avaliação negativa (feita por quem distribui o alimento e recontextualizada na foto) dos haitianos: seriam eles deseducados e não gentis.

Nessa foto, como na ilustração da “notícia-depoimento”, o uso da imagem se mostra mais eficiente do que o do componente verbal no que tange a uma possível exposição da realidade no discurso jornalístico; noutros termos, a recontextualização imagética aproxima-se da “reprodução do real”, enquanto a recontextualização verbal aproxima-se da “recriação do real”. Além disso, em ambas as notícias, a ilustração ocupa a metade do espaço a elas reservado, o que torna a parte imagética tão relevante quanto a parte verbal. A notícia se faz também com imagens.

A “participação” dos imigrantes na parte verbal da notícia é semelhante ao que se vê na foto, ou seja, sua voz aparece apenas uma vez, de forma indireta, no segundo parágrafo: “Outros 700 são esperados nos próximos dias, segundo os próprios imigrantes.”

Quem fala por eles e sobre eles são o enunciador-jornalista – que se enuncia, por exemplo, com base no que viu e ouviu em Brasileia – e membros da elite simbólica:

“[...] o governo brasileiro dá a eles direito de residir no país, segundo o Itamaraty”;

“O padre Rutemarque Crispim [...] disse que as condições da pousada são insalubres”;

“Segundo o padre, na pousada estão 12 crianças”;

“O secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Henrique Corinto, disse que há cerca de três meses voltou a crescer o fluxo de haitianos e que a estrutura montada para recebê-los não comportou o aumento”;

“[...] o Estado [do Acre] disse ter gasto R\$ 120 mil com os haitianos”;

“[...] o Acre pediu ajuda ao governo federal”;

“A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência disse que irá liberar 1.200 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas para auxiliar os imigrantes”;

“Segundo o secretário, o governo do Acre está ajudando os imigrantes por razões humanitárias e para reduzir o impacto social na região”;

“Segundo o Ministério do Trabalho, a maioria tem ensino fundamental e médio incompleto, mas alguns têm curso superior e encontram emprego com relativa facilidade no Brasil”.

São atores sociais que se posicionam acerca dos vários problemas vividos pelos imigrantes haitianos, “buscando”, com suas vozes, possíveis soluções, embora, ao cabo, esses problemas não tenham sido extintos de imediato – o que ocorreria apenas com o deslocamento dos imigrantes para o interior do Brasil. Mas, para as elites, essa extinção é irrelevante, pois lhes interessa manter o próprio acesso ao discurso público, como forma de atuar nas relações de poder.

Temos, portanto, que o enunciador-jornalista se submete, de algum modo, a “poderes extrajornalísticos”, como o de políticos, secretários de governo e membros de igrejas, como também de empresários (o que poderíamos ver em outras “notícias típicas”). Apesar disso, como “construtor” da notícia, ele sempre exerce controle sobre todas as vozes recontextualizadas e sobre o acesso ao discurso jornalístico de todos os atores sociais de quem toma essas vozes.

O controle é bem maior sobre a voz haitiana do que sobre a voz das elites. O enunciatador-jornalista controla e restringe o acesso do imigrante ao discurso jornalístico e ao espaço do jornal de diferentes maneiras: ora dando-lhe parcialmente oportunidade de enunciar (como na “notícia-depoimento”), ora recontextualizando sua voz, ora enunciando sobre ele, ora recontextualizando vozes alheias a seu respeito, ora omitindo suas ideias (como possivelmente ocorre na “notícia típica” anteriormente apresentada), ora retirando-lhe a autoria da voz recontextualizada, ora negando-lhe existência como ator social. Com essas formas, o enunciatador-jornalista acaba recontextualizando a posição de inferioridade atribuída ao imigrante na sociedade.

Ao contrário, o imigrante, por ser o sujeito socialmente desfavorecido e minorizado, deveria ser beneficiado nas e pelas práticas discursivas, jornalísticas ou não, e aparecer na notícia como sujeito coparticipante na busca de solução dos próprios problemas. Sua “ausência” no texto é um péssimo sinal e revela sua condição (e manutenção) de desprivilegiado. Pior ainda é o fato de as duas formas gerais da notícia e a *recontextualização* poderem ter efeitos diversos. Um deles é a *reificação* do *outro*.

Reificando a minoria

Em linhas gerais, a prática jornalística se caracteriza pela ação do enunciatador-jornalista, que visa fazer valer sua voz e sua ideologia, assim como a de seus parceiros, membros da elite simbólica, em detrimento da voz e ideologia do imigrante. Um “alguém”, geralmente desconhecedor de sua realidade e não autorizado por ele, fala em seu lugar e “por ele”, até no que se refere a escolhas políticas e econômicas.

Na construção da notícia, o enunciatador-jornalista, ao recontextualizar diferentes vozes sobre a violência sofrida e os problemas enfrentados pelos imigrantes haitianos (como na nota sobre a morte de Fetiere Sterlin, em Navegantes, no relato de Dynn A. Saintilus ou de Anita Antonio e na “notícia típica” reproduzida anteriormente), assume uma prática discursiva que se caracteriza, sobretudo na “notícia típica”, como violência simbólica contra os mesmos imigrantes, de forma não sutil. Ou seja, em parte, estamos atribuindo à *recontextualização* de vozes – tal como ocorre – a violência simbólica realizada no/via discurso jornalístico. Mas há outras estratégias pelas quais

o enunciador pratica essa violência, como, por exemplo, quando faz suas escolhas linguísticas ao se referir a grupo minoritário e seus indivíduos (SILVA, 2017).

Nesse sentido, o discurso jornalístico fomenta as características da minoria haitiana (as expostas no item *Haitianos como grupo minoritário* e possivelmente outras), não contribuindo para que as relações sociais de poder se modifiquem. Na verdade, o discurso jornalístico se realiza e se mostra como representação das estruturas e práticas sociais em que políticos e empresários, entre outros atores sociais, exercem o poder político e econômico sobre os imigrantes, muitas vezes com relações de poder abusivas que intensificam sua condição de minorizados. Desse modo, dando voz a quem socialmente é dono dela, a prática jornalística recontextualiza as relações de poder já estabelecidas na sociedade; recontextualiza a (ou parte da) estrutura social.

Isso indica que a *recontextualização*, em maior ou menor medida, está condicionada às condições e forças do capitalismo sobre o cidadão de um modo geral, independentemente de sua classe social, padrão de vida ou poder econômico, e, concomitantemente, alimenta essas condições e forças.

Assim entendida, a *recontextualização* pode ser vista como estratégia discursiva frequentemente usada de forma bastante danosa para o sujeito em sociedade, sobretudo se é membro de minorias. Ao cabo, ela pode ter um efeito nefasto sobre o sujeito socialmente minorizado. Em especial na “notícia típica”, forma mais recorrente do que a “notícia-depoimento”, a recontextualização da voz haitiana, de certo modo, equivale a um “não dizer” fomentador de toda a *violência* que o(s) grupo(s) dominante(s) e a elite simbólica podem exercer sobre as minorias, porque, ao ter sua voz “extirpada”, o imigrante se torna “coisa”: não pode dizer, não é ouvido pela sociedade e vê seu pensamento, opiniões, vontades e ambições se apagarem – sua voz se torna inaudível.

Esse “não dizer haitiano”, em parte, resulta como *reificação* do homem: “realizada por forças externas que agem de fora e de dentro sobre o indivíduo; é a violência em todas as formas possíveis (econômica, política, ideológica)” (BAKHTIN, 2010a, p. 335). E, tal como a *recontextualização*, a *reificação* do imigrante haitiano está condicionada às (e alimenta as) condições e forças do capitalismo, o de ontem e o de agora; em grande medida, a *reificação* está a serviço do capitalismo.

Embora não se limite ao discurso, a *reificação* ocorre no e via discurso, verbal e imagético. É no/via discurso que a sociedade revela os sofrimentos do homem, impõe-lhe

humilhações e uma solidão forçada, tira-lhe o reconhecimento, e sua *reificação* chega ao extremo: torna-se ele possuidor de uma consciência permanentemente solitária – afirma criticamente Bakhtin (2010a, p. 323).

Ao “eliminar” o imigrante da notícia, o enunciador-jornalista age de forma a impedir que sua consciência atue e se mostre ao leitor/enunciatário, isto é, a *reificação* seria tentativas de “apagamento” da consciência particular e subjetiva do *outro*; não mais que tentativas, pois sua consciência se mantém ativa sempre: é “o ativismo *dialógico* do cognoscente”, nos termos de Bakhtin (2010b, p. 400). O *outro*, como todo ator social que é, mantém-se pluriativo, de modo que nem o enunciador-jornalista nem a sociedade possam, em última análise, “apagar” a consciência dos grupos minoritários e seus sujeitos. A consciência do imigrante – apesar dos pesares – mantém-se viva nos entremeios das práticas sociais, submersa, para, mais cedo ou mais tarde, vir a público, enunciando-se de diferentes maneiras, conflitando com a hegemonia da elite simbólica.

O problema é o tempo em que permanecerão reificados e inaudíveis, porque essa condição implica que estão, forçadamente, na *periferia social* (físico-territorial e/ou simbólica), onde a violência simbólica é permanente e efetiva, e a vida é de *rarefeito*. Em síntese, ser reificado no discurso de membros da elite é viver no *rarefeito social*, onde ainda se respira. Assim, a *reificação* (sempre discursiva, como é) parece-nos ser o ápice de toda a *violência simbólica* dos donos do discurso sobre o imigrante haitiano, sobre as minorias.

Pontos de saída

Vítimas de violência física e/ou simbólica, e reificados, os haitianos que permanecem/permanecerão no Brasil e os que reemigraram carregam consigo, em comum, – para lembrarmos uma reflexão do caribenho Stuart Hall – o possível *retorno redentor* à terra natal, distante. Na verdade, para além do sujeito haitiano, o *retorno redentor* está relacionado ao conceito de diáspora do povo caribenho. “Essa interpretação potente do conceito de diáspora é a mais familiar entre os povos do Caribe, tornou-se parte do nosso [testemunha Hall] recém-construído senso coletivo do eu, profundamente inscrita como subtexto em nossas histórias nacionalistas” (HALL, 2013, p. 31). Assim, o imigrante haitiano (e o caribenho, se quisermos e pudermos abrir as objetivas) se desloca e se fixa com o desejo de um dia voltar a compor seu lugar de origem. É o *desejo de volta* latente.

Mostra desse *desejo* é a reemigração. Os que optaram/ optam por fazê-la querem fugir do *rarefeito social* encontrado no Brasil – *rarefeito* que inviabilizou e inviabiliza todo e qualquer *retorno*, a qualquer momento –, embora se tenha dito que buscam trabalho noutros países, o que também é verdade. Trata-se de uma fuga, de algum modo, motivada pela importância que lhes tem o *retorno redentor*.

No entanto, é muito pouco provável que esse *retorno* se realize mesmo de outros países, por causa, também, das ações capitalistas de ontem e de agora, que tanto os mitigam. Nesse sentido, a fuga não é plausível, ela parece não existir de fato e ser apenas mais um deslocamento territorial; as mudanças não passam do ambiente físico, e as relações sociais conservam-se igualmente tacanhas.

Caberia questionar quais as motivações dos brasileiros para a violência simbólica em interações diversas, como na de Dynn A. Saintilus dentro do ônibus, na oferta de trabalho e, por conseguinte, no discurso jornalístico. Parecem-nos ser elas de ordem social e subjetiva, entre as quais podemos considerar: (i) medo de perder o emprego para a mão de obra barata representada pelo imigrante haitiano; (ii) insatisfação de dividir espaços públicos com negros e pobres, sobretudo se estrangeiros; (iii) rejeição à mudança na organização social do bairro ou cidade onde vivem, devido à presença haitiana. Certamente, são motivações também para a violência física, como as que nos serviram de ilustração no item *Aos haitianos, a violência física e simbólica*.

São todas motivações decorrentes da ordem capitalista mundial, que põe brasileiros e haitianos no mesmo patamar: ao mesmo tempo, periférico e central. Periférico porque são explorados por grupos econômicos (esses sempre alinhados com grupos políticos), inclusive os midiáticos. Central porque são os principais sujeitos a fornecerem mão de obra e riqueza a esses grupos. São e serão, visto não existir perspectiva de qualquer “revertério econômico” capaz de extinguir essas relações. Em última análise, brasileiros e haitianos ocupam uma posição periférico-central contra a própria vontade e sem possibilidades de mudanças reais, de modo que se mantém a desigualdade social alimentada por tais grupos, os quais, ao mesmo tempo, alimentam-na.

As indicações são de que, na realidade das ruas, das empresas e dos jornais, tem ocorrido um processo social de desumanização. Ao desumanizar imigrantes negros e pobres, os brasileiros se desumanizam, servindo à ordem que oprime a todos.

Referências

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 299-342, jul./dez. 1995.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAoui, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre. *Dicionário de Sociologia*. Trad. A. J. P. Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BRANDÃO, Raquel; VIEIRA, Victor. Haitianos são alvo de ataques no Glicério. 8 ago. 2015. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-sao-alvo-de-ataques-noglicerio,1740642>>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. *Resolução Normativa nº. 97*, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 64, p. 201-223, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- CARVALHEIRO, José Ricardo. Da representação mediática à recepção política. Discursos de uma minoria. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 51, p. 73-93. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n51/n51a05.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- CRUZ, Elaine Patrícia. Operações encontram haitianos e bolivianos em condições análogas à escravidão. *Agência Brasil*. São Paulo. 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-08/operacao-encontra-haitianos-e-bolivianos-em-condicoes-analogas-escravidao>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- ESTRANGEIROS resgatados de escravidão no Brasil são ‘ponta de iceberg’. *BBC Brasil*, São Paulo, 13 maio 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravos-estrangeiros_fl>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- EVANS, Luciane. Atingidos pelo desemprego, haitianos radicados na Grande BH sonham com nova migração. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 set. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/09/03/internas_economia,684637/atingidos-pelo-desemprego-haitianos-radicados-na-grande-bh-sonham-com.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- FAGUNDEZ, Ingrid. Desemprego no Brasil faz imigrantes voltarem a seus países. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 11 out. 2015. Disponível em: <<http://folha.com/n01692697>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Oxon / New York: Routledge, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HAMEL, Rainer Enrique. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, G. M. de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas: ALB / Mercado de Letras; Florianópolis: Ipol, 2003, p. 47-80.

PAMPLONA, Nicola. Pretos e pardos ganham, em média, 55,5% do rendimento dos brancos, diz IBGE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://folha.com/no1936114>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 16, n. 2, p. 187-206, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1124/1871>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SÉGUIN, Elida. *Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Camila Rodrigues da. Haitiano é assassinado em Navegantes (SC). *UOL Notícias*: on line, São Paulo, 19 out. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/19/haitiano-e-assassinado-em-navegantes-sc.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SILVA, Milton Francisco da. *Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016. 486 f.

SILVA, Milton Francisco da. Haitianos no Amazonas: referência e poder. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 32-52, 2017. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/17>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

SILVA, Sidney Antonio da. “Aqui começa o Brasil”. Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. da. (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012. p. 300-322.

SILVA, Sidney Antonio da. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30 (88), p. 139-152, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0139.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA, Felipe. Pedreiro do Haiti ajuda imigrantes em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, p. C6, São Paulo, 27 abr. 2014.